



Universidade Estadual de Santa Cruz

Reitora: Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Vice-Reitor: Evandro Sena Freire



Departamento de Letras e Artes

Diretor: Samuel Leandro Oliveira de Mattos
Vice-Diretora: Lúcia Regina Fonseca Netto

Rodovia Jorge Amado (BA-415), km 16
Campus Soane Nazaré de Andrade
CEP 45662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil
Endereço eletrônico: letras@uesc.br
Site eletrônico: <http://www.uesc.br/dla/index.php>
Fone/Fax: 55 73 3680-5088



EID&A

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores
Eduardo Lopes Piris
Moisés Olímpio Ferreira

Endereço eletrônico: revista.eidea@gmail.com
Site eletrônico: <http://www.uesc.br/revistas/eidea>

EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

Departamento de Letras e Artes

Rodovia Jorge Amado (BA-415), km 16

Campus Soane Nazaré de Andrade

CEP 45662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil

revista.eidea@gmail.com

Editores

Eduardo Lopes Piris • Moisés Olímpio Ferreira

Comitê Científico

Ana Zandwais (UFRGS) • Anna Flora Brunelli (UNESP) • Carlos Piovezani (UFSCar) • Christian Plantin (ICAR/CNRS) • Cristian Tileaga (U.Loughborough) • Eduardo Chagas Oliveira (UEFS) • Emília Mendes Lopes (UFMG) • Eugenio Pagotti (UFS) • Fabiana Cristina Komesu (UNESP) • Galia Yanoshevsky (U.Tel-Aviv) • Guylaine Martel (U. Laval) • Helena Nagamine Brandão (USP) • John E. Richardson (U.Newcastle) • Lineide Salvador Mosca (USP) • Luciana Salazar Salgado (UFSCar) • Luciano Novaes Vidon (UFES) • Manuel Alexandre Júnior (U.Lisboa) • Marc Angenot (U.MacGill) • Maria Alejandra Vitale (UBA) • Marianne Doury (CNRS) • Marie-Anne Paveau (U.Paris XIII) • Marisa Grigoletto (USP) • Ricardo Henrique Resende de Andrade (UFRB) • Rui Alexandre Grácio (U.Nova de Lisboa) • Ruth Amossy (U.Tel-Aviv) • Ruth Wodak (U.Lancaster) • Sheila Vieira de Camargo Grillo • Sírio Possenti (UNICAMP) • Sophie Moirand (U.Paris III) • Soraya Maria Romano Pacifico (USP) • Valdemir Miotello (UFSCar) • Valdir Heitor Barzotto (USP) • Vânia Lúcia Menezes Torga (UESC) • Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho (UnB) • Viviane de Melo Resende (UnB) • Wander Emediato de Souza (UFMG) • William M. Keith (U.Wisconsin)

Tradutores

Ingês: Elaine Cristina Medeiros Frossard • Flávia Sílvia Machado • Kelly Cristina de Oliveira • Laurenci Barros Esteves • Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Francês: Carlos Albeto Magni • Flávia Sílvia Machado • Maria Helena Cruz Pistori • Moisés Olímpio Ferreira • Silvana Gualdieri Quagliuolo Seabra

Espanhol: Cristina do Sacramento Cardôso de Freitas • Ludmila Scarano Coimbra

Revisores

Denise Gonzaga dos Santos Brito • Mirélia Ramos Bastos Marcelino • Moisés Olímpio Ferreira • Roberto Santos de Carvalho

Capa e logotipo

Laurenci Barros Esteves

Diagramação

Eduardo Lopes Piris

ATOS DE FALA E ARGUMENTAÇÃO: UM DEBATE ENTRE UMA COMPANHIA TRANSNACIONAL (REPSOL) E ATIVISTAS EM UM *SITE*ⁱ

Esperanza Morales-Lópezⁱⁱ

Resumo: Este artigo é parte de um amplo projeto de pesquisa que tem por objetivo a análise qualitativa de uma variedade de estratégias usadas em discursos corporativos de conflito. Este trabalho dá foco, em particular, a dados que revelam um confronto ideológico entre as partes, uma área pouco explorada no campo da análise do discurso corporativo. Os dados mencionados provêm de discussões entre uma companhia multinacional de petróleo e uma ONG acerca da atuação da primeira em uma zona de extração habitada por comunidades indígenas. A análise das estratégias discursivo-argumentativas utilizadas apresenta uma aparente atitude cooperativa entre as partes. Entretanto, uma análise pragmático-argumentativa mais detalhada acerca da principal estratégia utilizada pelos participantes (a estratégia *afiliativa*) em relação a outros recursos argumentativos e a sua intertextualidade com a informação postada nos sites das partes revela que o sentido construído representa um (não-resolvido) conflito entre dois *frames* cognitivos ou visões de mundo. A fim de explicar esse fato, acreditamos que a análise discursivo-argumentativa deva ser complementada com um nível cognitivo que dá conta de um nível mais complexo de significação. De uma perspectiva teórico-metodológica, a análise desse tipo de *corpus* implica adentrar questões como os limites das várias disciplinas discursivas e avançar em direção à interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Análise do Discurso Corporativo. Argumentação. Estratégias Afiliativas. Conflito de *Frames*.

Abstract: This paper is part of a broad research project for the qualitative analysis of the variety of strategies used in corporate discourses of conflict. It focuses in particular on data that reveal an ideological confrontation between the parties, a little-explored area within the field of business discourse analysis. These aforementioned data come from discussions between a multinational oil company and an NGO arising from differences regarding the actions of the former in a drilling zone inhabited by indigenous communities. In explicit pragmatic terms, the most outstanding point is the apparently cooperative attitude between the contenders. However, a more exhaustive pragmatic-argumentative analysis of the main strategy used by the participants (the *affiliative strategy*) in relation to other discursive resources, and its intertextuality with the information posted on the parties' corporate websites, reveals that the constructed meaning represents an (unresolved) conflict between two cognitive frames or visions of the world. In order to explain this fact, we believe the discursive-argumentative analysis must be supplemented with a cognitive level to account for these more complex levels of meaning. From a theoretical and methodological point of view, analyzing this kind of data implies the need to address the question of the limits of the various discursive disciplines and to advance towards interdisciplinarity.

Keywords: Business Discourse Analysis. Argumentation. Affiliative Strategies. Conflict Frames.

ⁱ Esta pesquisa é parte do Projeto CEI (*Comunicação em negócios e instituições: Análise do Discurso e Retórica*), financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação da Espanha. Informações: <http://cei.udc.es> e <http://ruc.udc.es/dspace>.

ⁱⁱ Docente da Universidade da Coruña, Espanha. Email: lxmlopez@udc.es.

Introdução

O propósito deste trabalho é avançar em um dos principais objetivos de nosso projeto, a saber, a análise da diversidade de estratégias discursivo-argumentativas utilizadas na comunicação corporativa em que o conflito está presente (veja nosso primeiro estudo em MORALES-LÓPEZ *et al.* 2005). Na segunda fase da minha pesquisa, apresentada neste artigo, analisarei a construção do que chamo estratégia *afiliativa*, baseada em Scollon e Wong Scollon (2001, p. 46-51), embora com diferenças, como será explicado a seguir.

Os dados selecionados para esta pesquisa provêm de um debate ocorrido durante a Reunião Geral Anual de uma companhia petrolífera internacional (Repsol). Os participantes desse debate são a própria companhia e a Organização Não Governamental (ONG) Intermón Oxfam, que acusou a Repsol de violar os direitos de povos indígenas ao explorar petróleo em seus territórios na América Latina. Embora as partes adotem posturas claramente opostas, a característica mais notável é a ausência de uma confrontação explícita: de fato, ambas as partes parecem determinadas a resolver cooperativamente suas diferenças. Essa cooperação é alcançada principalmente por meio do uso reiterado da estratégia *afiliativa* pelos participantes.

Scollon e Wong Scollon (op. cit.) usam esse termo para descrever uma estratégia que mantém o envolvimento dos interlocutores – no que se refere a prestar atenção aos outros. Segundo os dados obtidos, essa estratégia cumpre uma função diferente, embora mantenha uma relação com a definição apresentada pelos autores. Percebe-se que há não apenas a busca por uma compreensão mútua ou reaproximação social entre os interlocutores (por meio da mitigação de atos de ameaça à face), mas essa estratégia é empregada também para evitar uma

confrontação aberta que poderia impedir negociações futuras.

O novo significado dessa estratégia nos dados por mim selecionados foi revelado quando eles foram analisados em relação ao restante dos dados (isto é, em sua função intertextual) e em relação ao seu contexto. O sentido construído nesse debate não é simplesmente uma discussão crítica cooperativa entre as partes em desacordo acerca de uma questão específica (em outras palavras, em um nível de sentido pragmático e argumentativo). Em vez disso, o resultado mostra uma discussão ideológica, na qual, seguindo uma abordagem cognitivista, dois *frames*, com visões de mundo extremamente divergentes, economicamente falando, são ativados (e defendidos).

Sendo assim, o estudo dos dados mostrou que a análise dos diversos recursos pragmático-argumentativos utilizados em qualquer construção discursiva precisa ser realizada de forma holística para revelar outros níveis de significado. O meu segundo objetivo neste artigo é, então, provar a necessidade de incluir o nível cognitivo na análise de alguns tipos de discurso¹.

Abordagem teórica

Em dois dos meus recentes trabalhos (MORALES-LÓPEZ, 2011, 2012), apresento minha formação teórica, baseada em uma abordagem eclética: principalmente na tradição etnográfica americana, enriquecida com contribuições de uma abordagem cognitivista, algumas ideias do grupo de Análise Crítica do Discurso de origem europeia e a tradição retórico-argumentativa.

¹ Ver Bargiela-Chiappini (2009) para uma das últimas referências sobre o discurso corporativo. Na Espanha, embora o estudo da comunicação em ambiente profissional seja relativamente novo, ver Morales-López *et al.* (2005), Prego-Vázquez (2007) e Montolío (2007). Outras referências são revisadas em Montolío e Ramallo (2009), e Ramallo, Lorenzo e Rodríguez-Yáñez (2006).

Seguindo a tradição americana, meu ponto de partida é a perspectiva proposta por Hymes (1972) e Gumperz (1982, 2001), e a microssociologia de Goffman. É de particular importância para o meu trabalho a ideia expressa por Hymes de que a linguagem é um processo em vez de um produto único; daí a importância de levar em conta ambos os contextos local e global (DURANTE, 1997; WODAK, 2001). Em consonância com Gumperz (2001, p. 215-217), meu objetivo é estudar situações discursivas, focalizando particularmente a análise empírica das interações entre os participantes, visto que elas são o meio padrão pelo qual as forças sociais emergem.

Similarmente, de Goffman (1974) destaco a ideia de construção do indivíduo no espaço público e a noção de *frame* de participação. O *frame* seria o contexto que os participantes ativam quando iniciam uma troca e que os guia em sua interpretação durante a negociação de significado (GOFFMAN, 1974; também BATESON, 1972). A reformulação dessa noção de *frame* feita por Lakoff (2007) é interessante, uma vez que enfatiza sua dimensão cognitiva como um contexto interpretativo da experiência vivida, internalizada durante a socialização dos indivíduos, e que pode ser construída e recontextualizada ideologicamente com propósitos políticos e persuasivos.

Há algumas décadas, essa tradição (e consequentemente minha análise) tem sido enriquecida pela influência de importantes estudiosos do discurso: os trabalhos de Bakhtin e Voloshinov, assim como Foucault, Pêcheux e Bourdieu, dentre outros (MORALES-LÓPEZ, 2004). Nos últimos anos, as publicações do grupo de Análise Crítica do Discurso de origem europeia (FAIRCLOUGH, 1989, 2005, 2009; VAN DIJK, 2003, 2009; WODAK *et al.*, 1999; WODAK e MEYER, 2001; BOLÍVAR, 2009) tem servido de estímulo para um foco maior na

relação entre discurso e ideologia; e entre discurso, cognição e ideologia (VAN DIJK, 2009; CHILTON, 2005).

A análise de discursos ideológicos discutida em nossos trabalhos anteriores (ver referências em MORALES-LÓPEZ, 2011) tem revelado que a retórica e a tradição argumentativa são complementos-chave para a análise do discurso (PERELMAN e OLBRECHS-TYTECA, 1989; PERELMAN, 2007; PUJANTE, 2011), assim como a Pragmática Dialética (VAN EEMEREN e GROOTENDORST, 1983, 1992 e 2004). Entretanto, ainda considero que essa dimensão retórico-argumentativa seja abordada no âmbito do dinamismo interacional, visto que os interlocutores apresentam e/ou negociam o sentido construído pelos atos de fala, os quais criam expectativas específicas (GUMPERZ, 1982, p.100-1).

De igual forma, a análise de dados discursivos cada vez mais diversos tem confirmado para mim que o sentido ideológico construído por meio de vários recursos pragmáticos e argumentativos é, sobretudo, inferencial (e não demonstrativo), o que significa que esses recursos funcionam em muitos casos como pistas de contextualização que ativam sentidos implícitos e construtos ideológicos diferentes. Por essa razão, eu ainda considero que a tradição construtivista de Bateson (1972), Goffman (1974) e Gumperz (1982) - entre outros autores -, mais tarde reformulada em termos cognitivos por Lakoff (2007), é essencial para a análise do discurso ideológico.

Na Análise do Discurso Francesa, Adam (1999, p.103) também propõe algo similar quando argumenta que no estudo do discurso é necessário considerar o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. E, da tradição retórica, Pujante (2011) argumenta que é crucial considerar tanto os aspectos demonstrativos quanto os *elocutivos*²

² Do termo latino *elocutio*.

na análise do discurso, se essa tradição pretende explicar adequadamente o par “convencer/persuadir” na variedade de discursos corporativos produzidos atualmente.

Essa perspectiva construtivista quase não tem sido desenvolvida pelo grupo europeu de Análise Crítica do Discurso (mais próximo da tradição realista). No entanto, esteve presente em precursores da Análise do Discurso como Bakhtin e Voloshinov, bem como em autores como Berger e Luckmann (1968), Castoriadis (1975), Bourdieu (1990), e Laclau e Mouffe (2004 [1990]). Meu interesse em explorar mais essa perspectiva construtivista me tem levado, nos últimos anos, a ler autores que, do ponto de vista de outras disciplinas, estão desenvolvendo exatamente essas ideias.³ Um exemplo disso são as abordagens sociocognitivas, tais como as defendidas por Maturana e Varela (1990), Varela, Thompson e Rosch (1991) e Capra (1996). Para esses autores, a cognição humana opera por meio de uma rede formada por níveis variados de sub-redes (conhecimento, emoções) interconectadas e sensório-motoras, que também estão interconectadas com a corporificação, a ação e o meio ambiente [ver ainda Damasio (1994 e 2010) para conclusões parecidas a respeito de estudos neurológicos]. Nessa perspectiva, o processo de produzir e interpretar discursos é um elemento a mais nessa interconexão (MATURANA e VARELA, 1990, cap. VIII).

Metodologia

Os dados e a relação com o contexto

³ O propósito desses autores é desenvolver uma abordagem interdisciplinar que possa progredir em direção a uma orientação transdisciplinar. Esta última noção tem sido definida como a confluência de abordagens diversas para uma área comum de reflexão teórica e metodológica (MORIN, 1990; NICOLESCU, 2007; VARELA *et al.*, 1991).

Os dados usados neste trabalho foram baixados dos sites da Repsol e da ONG mencionada anteriormente algum tempo após as Reuniões Gerais Anuais (contudo, apenas excertos selecionados serão apresentados na seção 4 da análise), a saber:

a) O vídeo das duas Reuniões Gerais Anuais da Repsol (Maio de 2008 e Maio de 2009) e as informações relacionadas a esse assunto, disponíveis no site www.repsol.com.

b) As notícias postadas no site da ONG (www.intermonoxfam.org) referentes às ações da Repsol no que tange às comunidade indígenas, bem como vídeos com o testemunho de líderes indígenas.

O conflito começou precisamente quando a Repsol, uma companhia espanhola de extração de petróleo no Norte da África e no continente americano, foi acusada por comunidades indígenas do Peru de faltar com respeito às suas tradições durante o trabalho de perfuração em seus territórios. Após mal-sucedidas tentativas de negociação privada com a companhia, a Intermón Oxfam (um dos membros da Oxfam, da qual várias comunidades indígenas na América Latina são beneficiárias) decidiu intervir publicamente nas duas Reuniões Gerais Anuais em defesa dos direitos das comunidades indígenas, reconhecidos por leis internacionais.

O contexto global das informações relatadas neste artigo é o das sociedades recém-polarizadas, construídas ao redor de interesses políticos, socioculturais e econômicos diversos, em que o Estado-nação perdeu (parcialmente) seu poder porque a tomada de decisão passou a ser de outros atores e instituições mais globais ou regionais (SOUSA DE SANTOS, 2005). Nesse cenário, diversas corporações multinacionais têm consolidado seu poder em alguns estados (CASTELLS, 2009, p.57ss.); no entanto, concomitantemente, o chamado *terceiro setor* (grupos sociais no Norte e no Sul) têm

emergido com grande força para defender interesses locais de povos marginalizados.

A escolha da companhia transnacional Repsol pareceu significativa para minha pesquisa porque representava um exemplo de *network business*, uma companhia cujo principal valor depende do mercado financeiro global (CASTELLS, 2009, p.60), que lhe permite conseguir contratos para operar em alguns territórios indígenas, mesmo sem a permissão explícita desses grupos. Além disso, e ao contrário de outras corporações multinacionais (como bancos, empresas de telecomunicações, etc), a Repsol extrai matéria-prima (nesse caso, uma das mais simbólicas em termos de progresso na atualidade) e, portanto, seu negócio na América Latina tem um valor simbólico ambivalente: implica o retorno dos antigos exploradores espanhóis, mas também reconhece uma herança linguística e cultural partilhada (ao contrário de seus vizinhos do Norte).

Por razões semelhantes, a relação entre ONGs espanholas e grupos sociais latino-americanos sempre foi muito próxima, e quaisquer problemas políticos e sociais nesses países sempre acarretam um enorme impacto no ativismo.⁴

⁴ A referência que fiz nesta seção acerca da perda de poder de alguns Estados-nação é um fator a ser considerado no caso de alguns países latino-americanos com povos indígenas. Como explicado anteriormente, a origem do conflito analisado neste trabalho surgiu dos acordos obscuros assinados por determinados governos com essa e com outras companhias internacionais. Esses acordos só beneficiaram as elites políticas e econômicas desses países, fazendo “vista grossa” com relação às reais necessidades de seu povo (ver notícias da Oxfam no site www.intermonoxfam.org). Desde os anos noventa, ONGs internacionais (em estreita colaboração com grupos sociais indígenas) têm reagido a essa nova forma de colonização com ações, primeiramente em instituições políticas internacionais, e depois junto aos responsáveis pelo comando de companhias multinacionais. Nos últimos anos, a Internet tem

Os participantes

Há três atores principais. Primeiramente, o grupo de indígenas peruanos afetados pelas atividades de perfuração da Repsol, entrevistados por uma ONG local a pedido da Intermón Oxfam. Em segundo lugar, o presidente da Repsol, Sr. Antonio Brufau, que abre toda Reunião Geral Anual com seu relatório informando aos acionistas a situação da companhia, tanto no contexto socioeconômico específico da Espanha quanto no de uma perspectiva global. Ele também intervém em um segundo momento, após uma sessão de perguntas e respostas que permite aos acionistas expressarem suas opiniões. No *site* da companhia, tanto ele quanto o Diretor de Responsabilidade Corporativa apresentam os principais objetivos alcançados e as propostas futuras. Por último, temos a ativista Dolores López Gómez, atuando em nome da Intermón Oxfam, que foi autorizada a participar da Reunião Geral Anual por alguns acionistas espanhóis; ela intervém durante a sessão de perguntas e respostas nas duas Reuniões Gerais Anuais.

Método de análise

A metodologia Etnográfica foi utilizada para coletar dados (DURANTI, 1997, p.87; SCOLLON e WONG SCOLLON, 2001; BLOMMAERT, 2005). Nesse sentido, a relação entre os vários discursos e os contextos local e global tem sido crucial para a compreensão da relação entre atores tão diversos e o sentido construído.

A metodologia qualitativa foi usada para analisar os dados, que incluíam uma seleção dos principais procedimentos pragmáticos e retórico-argumentativos utilizados para criar a estratégia *afiliativa* (a estratégia mais frequentemente utilizada nos discursos

aumentado o poder da internalização e mobilização dessas ONGs.

analisados) e, em geral, a posição crítica de cada participante.

A abordagem pragmática (interacional) fornece ferramentas úteis para uma análise em “nível micro”. Especificamente, eu começo com a análise dos atos de fala (SEARLE, 1975), visto que são unidades básicas em qualquer atividade comunicativa (HYMES, 1972), e com a seleção de pistas de contextualização.⁵ Entretanto, esse nível impõe limites à análise de estratégias complexas e argumentos construídos em discussões ideológicas (exemplo dos dados apresentados neste trabalho). Nesse caso, a análise do discurso precisa ser complementada por outras fontes como tipos de argumentos e falácias; regras pragma-dialeticais e estratégias (ARISTÓTELES; PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1989; PUJANTE, 2003; VAN EEMEREN e GROOTENDORST, 2004; WODAK *et al.* 1999).

Finalmente, a noção sociocognitivista de *frame* (como Lakoff propõe) será usada a nível interpretativo para explicar a confrontação ideológica presente nos dados. O *frame* cognitivo ativado por cada parte é crucial para se obter uma percepção desse debate (essa questão será apresentada na seção final).

Análise dos dados

Esta seção analisa os excertos principais do *corpus*. Esse debate público teve início alguns dias antes da Reunião Geral Anual da empresa, realizada em 14 de maio de 2008, e teve continuidade em 2009 com a outra reunião; além da discussão interativa (gravação em vídeo), cada parte tenta conseguir provas de sua própria posição a partir de outras informações postadas nos *sites* corporativos.

⁵ “Any feature of linguistic form that contributes to the signalling of contextual presuppositions” (GUMPERZ, 1982, p.131).

Parte 1 do debate: a Reunião Geral Anual (2008)

O parecer dos grupos indígenas

Começaremos com as opiniões dos líderes indígenas a respeito das atividades da Repsol em seus territórios. Eles podem ser agrupados em três atos de fala:

a) Atos assertivos,⁶ com os quais eles apresentam os danos causados pelas atividades de perfuração da Repsol, como se pode observar nos exemplos (1) - (2):

(1). La línea sísmica pasó por la casa de mi mamá y la empresa solamente le ha pagado 50 soles [12,5 euros]. La dinamita reventó cerca de las viviendas y se movió la casa.

(2). ...sabemos que en el bosque han cortado plantas medicinales, no lo han reconocido porque dicen que es cualquier planta, y, cuando se han ido, no han revegetado.

Em (1), o locutor também inclui um argumento baseado em causas externas (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1989) (explicando os efeitos específicos e a indenização baixa); em (2), a asserção do locutor é reforçada por uma estrutura de evidência com dêiticos pessoais no plural (“sabemos que...”).⁷

b) Atos assertivos, reportando as atividades controladas e a política acordada pela comunidade. A apresentação dos eventos inclui, às vezes, opiniões e julgamentos: “nunca había el exterior como ahora lo vemos; estamos totalmente molestos” em (3); queixas públicas diretas: “hago denuncia pública” em (4); e as medidas corretivas que a companhia precisaria implantar no futuro – por meio de expressões que apresentam a modalidade

⁶ Comprometem o locutor com a veracidade da proposição expressa (SEARLE, 1975).

⁷ O conteúdo do apêndice relativo ao *corpus* deste artigo, originalmente em espanhol, está disponível no site <http://ruc.udc.es/dspace>.

deôntica: “pero debe arreglar” em (3); “no vamos a permitir más atropellos” em (4); “la empresa tiene que dialogar” em (5):

(3). Por acá transitaban nuestros abuelos; siempre nunca había el exterior como ahora lo vemos. Por acá transitábamos ganado, montar a caballo, todo. Estamos totalmente molestos de que lo han dejado el camino así como lo vemos; pero debe arreglar.

(4). Han iniciado trabajos en la comunidad Tsoroja, vecina a Poyeni, lote 57, sin contar con la aprobación del estudio de ampliación de impacto ambiental. Por eso hago denuncia pública porque no vamos a permitir más atropellos.

(5). ...creo que la empresa *tiene que* dialogar y conversar con los jefes, con las autoridades comunales.

Recorrer a expressões de modalização é comum em situações de queixa entre empregados e clientes (MORALES-LÓPEZ et al., 2005). Nesses dados, o cliente mostra, por meio de estruturas modais, como os empregados deveriam ter agido naquela situação. Assim, o cliente ativa um *frame* interacional que se baseia em relações fictícias mais igualitárias entre empregados. Nós identificamos um uso similar nas construções modais desses representantes indígenas.

c) Atos metacomunicativos (seguindo BATESON, 1991, p. 204-5; ver também CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2005, p. 373ss.) em que eles avaliam o estilo comunicativo dos representantes da companhia:

(6). La empresa ha venido acá el año pasado. El EIA de la ampliación de la sísmica todavía no ha sido aprobado y sin eso no puede entrar la empresa.

(7). ...creo que la empresa tiene que dialogar y conversar con los jefes, con las autoridades comunales. Vienen los profesionales, se quedan 15 minutos, y se van. Así no se puede conversar. Y a veces

conversan con los comuneros y no con las autoridades comunales.

(8). Los relacionistas de Repsol en campo sólo han informado o invitado a las audiencias públicas a algunas comunidades de la zona y no han invitado sino hasta último momento a la federación que los agrupa, el Consejo Machiguenga del Río Urubamba.

(9). La empresa en ningún momento ha comentado el dueño, la casa. ¿Qué ha hecho? Ha ido (a) consultar otros (garais) que nada tienen que ver con capitanes, con las organizaciones; que ha ido (a) consultar a las personas que trabajan con ellos.⁸

(10). Aquí hemos tenido varias reuniones informativas por el pozo y por la sísmica y también de la negociación por la tierra y mis hermanos se confunden, Repsol está haciendo las cosas rápido...

(11). Lo que nosotros podemos este pedir, pedir este que el:: Presidente de esa empresa o accionistas, que respeten la cultura indígena. Bienvenida la inversión privada, pero con respeto; y también cumplir los compromisos. No venir así nomás y (diga) tal tiempo, tal fecha; para mayor seguridad lo que nosotros pedimos de que- que se cambien las relaciones de comunitarias que han estado trabajando en la etapa de exploración; para mejorar su ingreso a la empresa a esas comunidades deben de ser cambiar la relación comunitaria y trabajar conscientemente, nada de regateo y negociar ambas partes, con armonía.

As intervenções incluem (6) - (11) queixas sobre várias questões. A companhia falha em cumprir com o procedimento acordado previamente (6) ou em estabelecer um diálogo com os representantes autorizados, (7) - (9). Em (10), os participantes indígenas fazem comentários acerca de um estilo de comunicação tecnológica que difere

⁸ Assinalamos entre parênteses os fins irreconhecíveis ou duvidosos em razão da qualidade do áudio.

consideravelmente do estilo que eles utilizam e entendem.

Por fim, em (11), o líder indígena descreve seus antagonistas e seus métodos de negociação: primeiro, ele menciona os representantes locais da Repsol (seus interlocutores diretos) e, em seguida, descreve o presidente da companhia e seus acionistas (presentes nas reuniões da companhia; ele sabe que os problemas de sua comunidade fazem parte da pauta). Em segundo lugar, ele descreve o conflito em termos comunicativos: um comportamento global por parte de empresas privadas, cujo estilo de negociação não respeita a cultura de grupos locais (“nada de regateo”, diz o líder indígena). São, portanto, os representantes locais que estão desacreditados e devem ser removidos, caso a companhia deseje renegociar.

Pode-se, então, perceber que a análise desses atos de fala, que ajudarão a contextualizar os demais dados, apresenta a origem do problema.

Apresentação da Repsol (2008)

A companhia se refere ao conflito na carta do presidente Antonio Brufau (12), postada no *site* da Repsol:

(12). (a) Esta [la responsabilidad corporativa] es una exigencia a la que en Repsol YPF⁹ podemos, sabemos y queremos dar respuesta... Respondemos también a las expectativas de los grupos de interés con políticas específicas..., establecemos relaciones de confianza con las comunidades locales, preservamos la biodiversidad y aplicamos criterios de transparencia en las relaciones con las autoridades de los países donde estamos presentes... [O]peramos en entornos sociales, culturales y económicos muy diversos. En este sentido, aplicamos

estándares, políticas y prácticas globales, pero sin dejar de lado la sensibilidad local...

(b) Los esfuerzos de Repsol YPF en materia de transparencia, sostenibilidad y responsabilidad corporativa son valorados cada vez más positivamente por la sociedad. Nuestra compañía forma parte, entre otros, del *Dow Jones Sustainability Index* y del *Climate Leadership Index*, lo que supone un reconocimiento externo, validado por los mercados, del esfuerzo de la compañía en cuestiones como la transparencia informativa y el cambio climático... Durante 2007, hemos avanzado de forma significativa en materia de buen gobierno y responsabilidad corporativa. El Consejo de Administración de Repsol IPF acordó la modificación de su reglamento, refrendando el compromiso de la compañía con la responsabilidad corporativa... Igualmente, el Consejo de Administración aprobó la constitución de la Comisión de Ética, encargada de velar por la difusión y cumplimiento de la Norma de Ética y Conducta en la compañía... También hemos solicitado de nuevo al Comité Independiente de expertos que analice los contenidos de nuestro Informe de Responsabilidad Corporativa”.

De um ponto de vista argumentativo, as várias premissas desse texto são construídas tanto sobre fatos como sobre valores (VAN EEMEREN *et al.* 1996, p.102s.). A Repsol se define, na parte (a), como uma das maiores companhias de mineração do mundo, e como uma empresa líder na América Latina comprometida com valores éticos, bem como com transparência, desenvolvimento sustentável, biodiversidade e respeito pelo meio em que opera. Em termos discursivos, a característica que mais se destaca dentre os atos assertivos é o uso de um plural generalizador para se referir aos participantes e aos procedimentos nos eventos descritos: “...establecemos relaciones de confianza con las comunidades locales; aplicamos estándares, políticas y prácticas globales, pero sin dejar de lado la sensibilidad local...”. Embora os grupos indígenas peruanos se

⁹ Em 1999, a companhia comprou a empresa estatal YPF da Argentina, quando o governo a privatizou. Desse momento em diante, o nome oficial passou a ser Repsol YPF.

refiram a fatos específicos ocasionados pela companhia e seus representantes, o presidente limita seu discurso a pontos gerais referentes às exigências dos acionistas e à atitude da companhia em relação às comunidades locais etc. Essa característica morfossintática é, claramente, um sinal de contextualização que ativa um sentido implícito: o presidente evita se referir ao caso específico que desencadeou o conflito.

Na parte (b), o presidente usa um argumento de autoridade (PERELMAN 1997, p.107; PUJANTE 2003, p.124-125) a fim de corroborar que autoridades internacionais na área certificaram o progresso da companhia, tanto no que tange a sua transparência, quanto a sua tentativa de combate à mudança climática. No que se refere à obrigação de respeitar as comunidades locais, ele não menciona nenhuma autoridade certificadora, mas indica que, internamente, a companhia também progrediu nesse campo: ele cita os passos dados pela diretoria e o pedido de revisão do relatório sobre responsabilidade corporativa elaborado por um comitê independente de especialistas. Diferente dos especialistas anteriores, o presidente não menciona os membros desse comitê.

Ao contrastar essa apresentação com a crítica do povo indígena, chego à conclusão de que o senhor Brufau está cumprindo uma das principais funções de qualquer discurso ideológico: a construção do “nosso” (VAN DIJK, 2003, p.65). Ele está construindo a apresentação positiva da companhia (ou autolegitimação), não só em termos econômicos, mas também, e principalmente, em termos sociais, como uma forma de contrabalancear a crítica recebida. Mas, ao contrário de outros discursos ideológicos (i.e., discurso político), o presidente evita qualquer referência explícita a seus oponentes.

A intervenção da Intermón Oxfam (2008)

Na Reunião Geral de 2008, Dolores López (em nome da ONG), detalha o problema entre a Repsol e os povos indígenas, e a necessidade de proteger os direitos destes últimos, construindo um argumento simbólico (PERELMAN, 2007, p.114), a saber, a profunda ligação que os povos indígenas têm com suas terras (18) - (22): “Los pueblos indígenas profesan una profunda relación con su tierra...”.¹⁰ Posteriormente, ela realiza um ato de fala em que questiona a forma como a companhia opera em alguns territórios indígenas, fornecendo evidências baseadas em fatos externos (seus próprios relatórios e os de outras organizações) em (28) - (30):

(28). [...] Nuestros informes y los de otras organizaciones cuestionan la manera

(29). en que su compañía

(30). está llevando a cabo su actividad en los territorios indígenas.

(31). Repsol YPF NO RESPETA

(32) los derechos básicos internacionalmente reconocidos a las poblaciones indígenas

(33). en la declaración de las Naciones Unidas de septiembre de 2007

(34). ni en el convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo; [...]

Em (28), o verbo “questionar”, antes da acusação feita por ela em (31) - (37), é o primeiro exemplo da estratégia *afiliativa* que será repetida ao longo do discurso. Outros exemplos são:

¹⁰ Ver o apêndice para ter acesso aos excertos mais longos. A transcrição dos dados segue convenções ortográficas, com exceção da divisão do texto em unidades informativas (como é tradicional em abordagens interacionais).

- (68). Valoramos por ello, positivamente,
- (69). la iniciativa adoptada por Repsol YPF...
- (76). Nos parece también muy positivo
- (77). que Repsol YPF...
- (83). Les pedimos ahora
- (84). que aprovechen la oportunidad que ustedes mismos se han dado
- (93). deben de ser un estímulo en esta tarea.
- (94). Estamos seguros
- (95). de que no desperdiciarán una ocasión como esta para mejorar...
- (104). Estamos convencidos de que la inmensa mayoría de ustedes
- (105). miembros...
- (111). Nuestra organización
- (112). seguirá buscando...
- (115). fórmulas de diálogo con su compañía con ese objetivo.

Nessas expressões, ela usa certos itens lexicais para enfatizar as medidas positivas adotadas pela companhia: “Valoramos...positivamente...” (68) e (76). Ela usa uma construção sintática marcada que mostra a companhia tomando a iniciativa nesse assunto: “...que aprovechen la oportunidad que ustedes mismos se han dado” (84). Finalmente, a escolha dos verbos em (94) – (95), (104) – (105) e (111) – (115): “estamos seguros”, “estamos convencidos”, “seguirá buscando”, revela sua convicção de que a Repsol responderá positivamente, assim como seu desejo de conseguir alguma forma de acordo.

Como já destacado na introdução, essa estratégia não funciona como um ato de fala direto que tem como intenção proteger a face,

mas como uma forma de manter a atitude cooperativa dos ativistas nesse debate. Além disso, a análise de outras características discursivas revela que a força ilocucionária dessa acusação não pode ser reduzida a essa estratégia afiliativa. Tais características são: a) os itens lexicais “proyectos de desarrollo” em (57) - (58) e “acción social de carácter voluntario” em (65) atuam como pistas de contextualização que reforçam o comportamento negativo da companhia (elas ativam um modelo *assistencialista* de desenvolvimento); b) várias estruturas deônticas ativam o *frame* oposto, aquele baseado na conformidade com os direitos, que é proposto à companhia como uma obrigação: “debe ser” em (64), “debería ser aplicada” em (73), e “deben de ser” em (93).

Fica claro, portanto, que, embora existam discrepâncias, a análise revela respeito pela atitude ideológica da outra parte. Observando as regras formuladas por van Eemeren e Grootendorst (2004), a ativista conformou-se à Regra 6, que afirma: “The antagonist may always attack a standpoint by calling into question the propositional content or the justificatory or refutatory force of the argumentation... [They] may not defend or attack standpoints in any other way”.¹¹

A resposta do presidente na seção seguinte implica o reconhecimento da intencionalidade e seriedade da crítica lançada pela outra parte, contudo, mais significativamente, considera também o modo positivo como essa foi apresentada.

A resposta do presidente da Repsol (2008)

Seguindo a sessão de perguntas e respostas dos acionistas, o Sr. Brufau entra em cena para responder às perguntas dos participantes. Ele

¹¹ NT.: “O antagonista sempre pode atacar um ponto de vista, colocando em questão o conteúdo proposicional ou a força justificatória ou refutatória da argumentação... [Eles] não podem defender ou atacar pontos de vista de qualquer outra forma”.

começa com um ato de fala de agradecimento aos interlocutores pelo tom de sua intervenção; em termos discursivos, ele se refere às *estratégias afiliativas* usadas pelos seus oponentes (3) - (6).¹² No entanto, ele discorda deles, visto que afirma que a Repsol está inteiramente comprometida em mudar radicalmente seu relacionamento com as comunidades indígenas:

(14). Sí discrepo de ustedes...

(44). yo estoy totalmente de acuerdo con ustedes...

(59). nuestra actitud es de máxima colaboración...

(68). esto no lo hacemos para cubrir el expediente...

Ele reforça a força ilocucionária desses atos assertivos com diferentes modificadores – o advérbio *totalmente* em (44) e o adjetivo *maxima* em (59); e com um argumento de autoridade em (29) - (36) e em (61) - (67), referindo-se a diversos auditores consultados para a elaboração do relatório de responsabilidade corporativa da companhia.

Entretanto, apesar da convicção de suas primeiras palavras, praticamente todo o restante de sua intervenção dá foco à defesa do modelo social da companhia, baseado nos seguintes argumentos e estratégias discursivas:

- Ele usa a falácia conhecida como *argumentum ad verecundiam*, apelando para uma autoridade de reconhecimento duvidoso (VAN EEMEREN e GROOTENDORST, 1992, p. 161), como é o caso do Banco Mundial.

¹² Neste trabalho, eu só analisei o discurso do porta-voz da Intermón Oxfam. Nas duas Reuniões Gerais Anuais, após a intervenção de Dolores López, uma outra ativista, Isabel Tamarit Berlín, entra em cena em nome do grupo de acionistas norte-americanos, Boston Common Asset Management. O presidente da Repsol responde às duas, visto que seus posicionamentos são muito semelhantes.

- Ele constrói a deslegitimação das comunidades indígenas, com sua referência àqueles que exigem seus direitos enquanto vestem as camisas dos times internacionais da Espanha, (53) - (56), e com seu apelo aos governos desses países para discernirem quais são as comunidades indígenas “sensíveis”, (51) - (58).
- Por fim, ele constrói um argumento baseado no *locus* da existência (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1989, p. 161), que apresenta o que é real como superior ao que é irreal ou ainda não existente. Quando o Sr. Brufau diz “esto es infinito...” em (10) - (13), e “la perfección no se consigue...” em (71) - (74), ele está apelando para esse *locus* como uma autojustificação para as demandas do ativismo.

A análise dessas estratégias discursivo-argumentativas, portanto, revela, apesar do discurso inicial, como o senhor Brufau não aceita inteiramente o ponto de vista defendido pela outra parte e que ainda há uma distância considerável entre suas posturas.

O segundo debate. Reunião Geral Anual (2009)

O site da Repsol

O debate continuou um ano mais tarde no contexto de uma outra Reunião Geral. A passagem a seguir foi selecionada do discurso do senhor Gonzalo postado em vídeo no site:

(a) En el año 2008 hemos seguido avanzando en el cumplimiento de nuevos y más ambiciosos compromisos medioambientales y sociales, entre los que me gustaría destacar los siguientes: en primer lugar, hemos mejorado en la seguridad de nuestros trabajadores [...]. Hemos logrado reducir también las emisiones de gases de efecto invernadero [...].

(b) Hemos aprobado políticas corporativas que van a orientar y dirigir nuestras relaciones con las comunidades locales con énfasis en proteger los derechos de comunidades especialmente vulnerables como son las comunidades indígenas en Latinoamérica.

(c) También en 2008 hemos destinado 30 millones de euros a proyectos sociales, casi el 70% de ellos en Latinoamérica. Han sido proyectos de educación y formación, desarrollo comunitario, protección y cuidado medioambiental, integración social, salud y mecenazgo cultural, de los que se han beneficiado miles de personas, muchas de ellas en condiciones de vida muy difíciles [...]. Somos y seguiremos siendo aún con mayor compromiso en 2009 una compañía que apuesta por la responsabilidad social y el desarrollo sostenible.¹³

Uma vez que ele está na chefia do setor de Responsabilidade Corporativa, o início da sua mensagem focaliza este assunto específico: ele explica os benefícios implementados pela companhia a favor de seus funcionários e do meio ambiente (parte “a”), bem como a relação com as comunidades locais (parte “b”). Na carta de 2008, o Sr. Brufau falou sobre o estabelecimento de “relaciones de confianza con las comunidades locales”; agora, o Sr. Gonzalo é muito mais explícito ao afirmar que será dada ênfase à proteção dos direitos das comunidades indígenas na América Latina; depois dessa asserção, na parte “c”, ele continua a explicar os projetos sociais da companhia nessas comunidades.

Nas palavras de van Eemeren e Grootendorst (2004, p. 154-157), a companhia aceitou de modo cauteloso a Regra 14: a inclusão da principal exigência apresentada pela outra parte (a abordagem baseada nos direitos humanos), embora o senhor Gonzalo coloque essa questão no mesmo nível do modelo de assistência social. O debate pode

assim seguir em frente em termos cooperativos.

A Intervenção da Intermón Oxfam (2009)

O progresso mencionado pelo senhor Gonzalo pode ser mais explicitamente reconhecido no início do discurso de Dolores López, na Segunda Reunião Geral [em (15) e (18) - (19), excertos não incluídos no apêndice], assim concluindo em (25): “Este es un paso en la dirección correcta”. No entanto, o debate não termina aqui para Dolores López, uma vez que ela lança duas novas medidas a serem consideradas pela Repsol: a primeira ainda é relacionada à proteção dos direitos dos nativos latino-americanos (26) - (39), e a segunda refere-se a um novo tópico: a demanda por maior transparência no setor global de extração (40) - (124).

De um ponto de vista discursivo, a portavoz da Intermón Oxfam usa novamente a estratégia afiliativa, destacando os passos positivos tomados pela Repsol. Ela apela para o *locus* de qualidade em (55) - (62), (66), (79) - (80) e (119) - (121) para dar ênfase à posição da companhia à frente do setor. Ela também emprega uma estrutura sintática ativa (marcada nesse contexto) para apresentar a companhia como agente de eventos: “así posiblemente lo consideren ustedes mismos al señalar...” (68) - (69).

Ela prossegue detalhando suas novas exigências ante a companhia: Es necesario que Repsol informe a sus accionistas, a sus socios... en cada país... Es también necesario acabar con la práctica de las cláusulas de confidencialidad... [Repsol] debe adoptar estas medidas de forma voluntaria... (73) - (82). O uso da modalidade deôntica reforça novamente a força ilocucionária dos atos de fala por ela produzidos – “es necesario...” em (73) e (77); “una empresa... debe adoptar...” em (79) - (80).

¹³ Essa transcrição é literalmente o texto escrito que apareceu no vídeo enquanto o senhor Gonzalo falava.

A convicção de Dolores López no que se refere a essas propostas é complementada com exemplos de outras companhias que já deram importantes passos nessa direção (91) - (106), bem como com o exemplo dos acionistas e dos fundos éticos que deram à Intermón Oxfam o direito de intervir junto à direção da Repsol, (109) - (116). Todos eles são apresentados como um argumento baseado em modelos (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1989), cujo *ethos* pode ser imitado.

A Resposta do Sr. Brufau (2009)

Paralelamente à resposta dada aos ativistas em 2008, o discurso do Sr. Brufau começa aqui com o uso reiterado de expressões que visam a aliar a companhia a seus oponentes:

(18) – (21). Tengo que decir que estoy totalmente de acuerdo con ustedes...

(31) – (38). Evidentemente, no hay mejor futuro en el mundo y no hay mejor futuro para Repsol que operar en países en donde haya cohesión social...y por esto nosotros estamos apoyando todas las iniciativas.

(64) – (67). ...la mejor defensa que podemos tener...el progreso de la gente que habita y que convive con nosotros...

(68) – (71). Por tanto, coincido con todos ustedes, vamos a continuar trabajando...

O presidente parece, portanto, concordar com a abordagem dos direitos humanos apresentada por seus oponentes no debate. Até aqui ele tem cumprido os requisitos da Regra 14 de van Eemeren & Grootendorst (2004), ao aceitar explicitamente os pontos de vista de seus oponentes.

Entretanto, apesar dessa atitude cooperativa, o senhor Brufau também está tentando preservar uma imagem positiva de sua companhia, como fez na Reunião Geral de 2008.

Em 2009, essa autolegitimação toma duas formas. Primeiro, ele lança parte da responsabilidade sobre o governo dos países, construindo uma falácia chamada *inversão do ônus da prova* para uma terceira parte (VAN EEMEREN e GROOTENDORST, 1983, p. 185). Consequentemente, em (31) - (71), ele faz uma queixa acerca da resposta tímida recebida desses países, uma vez que só o Peru aceitou o desafio da transparência em (39) - (45). Ele também destaca as dificuldades experimentadas a esse respeito: “vamos a ver cómo se puede informar...” (50) e expressa seu desejo de ter maior transparência nesses processos: “Nos gustaría más accountability...Y nos gustaría...” (58) – (62). O uso da construção impessoal “se puede informar” em (50), escondendo o agente, mostra indiretamente as condições impostas sobre a companhia nesses países, apesar de seu explícito comprometimento com a transparência em (52) - (56).

Em segundo lugar, o Sr. Brufau finaliza sua resposta a esse grupo de questões com um comentário sobre a intervenção de uma médica no final da sessão de perguntas e respostas, em (80) - (88). Essa médica expressou sua gratidão pela assistência recebida da Repsol em um programa de saúde em favor do povo Guarani, um grupo indígena que sofre com extrema pobreza.

O fato de o presidente relacionar o trabalho da médica às propostas dos ativistas (apesar de seus distintos modelos de desenvolvimento) é significativo nesse ponto de seu discurso. Isso reforça a legitimidade da companhia para contrapor-se às críticas recebidas. Além disso, o Sr. Brufau continua a explicar outros projetos financiados pela companhia a favor das comunidades indígenas (excertos não incluídos neste artigo), embora, ao final de seu discurso, ele novamente se refere ao desejo da companhia de continuar a conversar com a Intermón Oxfam, em (144) - (156). Esses comentários também mostram que o ponto de

vista dos demais participantes não foi completamente aceito pela companhia.

A análise da segunda resposta mostra que ela tem a mesma estrutura do que a primeira: as propostas apresentadas pelos ativistas são explicitamente aceitas por meio de atos de fala diretos, embora o modelo social defendido pela companhia seja posteriormente justificado por meio do uso de vários recursos discursivos.

Discussão e conclusões finais

A análise dos dados selecionados nos leva a tecer alguns comentários sobre o sentido construído. Como já dito, esse debate não é apenas uma discussão crítica entre duas partes em desacordo acerca de um assunto específico (o comportamento da companhia em seu relacionamento com determinados grupos indígenas), mas uma disputa entre dois grupos corporativos (uma empresa multinacional e uma organização de desenvolvimento internacional) pela hegemonia de um modelo econômico ideológico.

A análise pragmático-argumentativa revelou que a principal estratégia usada nesse debate foi a estratégia afiliativa. No entanto, em vez de funcionar como um recurso para se evitar o ato de ameaça à face, como Scollon e Wong Scollon (2001) afirmam, ela tem a função de evitar uma confrontação aberta entre as partes.

O uso reiterado dessa estratégia por ambas as partes, enquanto o Sr. Brufau continua com a legitimação de sua companhia, mostra que o sentido construído surge em um nível mais inferencial do que demonstrativo (mais no que ele é evocado do que no que é dito). Minha interpretação é de que principalmente dois *frames* cognitivos foram ativados; *frames* com visões de mundo muito divergentes, como dois universos simbólicos concorrentes (BERGER e LUCKMANN, 1968, p. 124ss.).

Desse modo, a atitude cooperativa explícita nas respostas do Sr. Brufau parece funcionar como uma *aprovação estratégica* da tese proposta pelos ativistas. A companhia posiciona-se, aparentemente, a favor da crítica feita pela ONG; mas o Sr. Brufau continua a consolidar a legitimidade da companhia, e emprega vários recursos a fim de defendê-la dos ataques recebidos.

Um tipo de processo de *auto-organização* pode ser observado na abordagem adotada pela gerência da companhia, por meio do qual o novo *frame* cognitivo defendido pelos ativistas pode ser acomodado de modo a coexistir com as atividades sociais e econômicas mais tradicionais que a companhia tem realizado até agora. Contudo, o resultado implica que, ao situar comunicativamente o novo modelo emergente (baseado no comprometimento com os direitos humanos) no mesmo nível do modelo de assistência defendido pela companhia, o que está de fato acontecendo é a *naturalização* do primeiro. Isso pode ofuscar a possível força da mudança proposta pelo ativismo e ajudar a preservar a ideologia dominante (PÊCHEUX, 1975; RAITER, 1999) que defende a companhia do ponto de vista social.

Minha conclusão é que a visão de mundo proposta pela ONG não é completamente aceita pela companhia, apesar de suas explícitas palavras. A comunicação avançou sem conflito aparente, mas não há prova alguma de que ela poderia conduzir a mudanças sociais mais profundas. A *ordem dos discursos*, nas palavras de Fairclough (1989, p. 28ss.), não foi modificada, embora esse debate tenha conseguido um progresso tímido.

A ativista também está consciente disso e, conseqüentemente, as propostas apresentadas foram cuidadosamente construídas de um ponto de vista discursivo: elas são apresentadas de forma bastante explícita, mas também de maneira gradual e sempre

intercalada com estratégias afiliativas. Nesse sentido, a ativista parece perceber que a única forma de alcançar alguma hegemonia ideológica (LACLAU e MOUFFE, 1990) está em um nível simbólico, a saber, na força de seus argumentos e recursos persuasivos,¹⁴ mas esse objetivo ainda está muito longe de ser alcançado.

Do ponto de vista teórico-metodológico, tenho defendido a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para a análise do discurso corporativo; uma questão que se torna ainda mais proeminente quando se lida com discursos ideológicos, uma vez que eles podem incluir não apenas sentidos pragmático-argumentativos, mas também construções de mundo (BOURDIEU, 1990) ou construções imaginárias (CASTORIADIS, 1975).

Desde os anos 60, as várias abordagens da Análise do Discurso têm produzido contribuições valiosas para a nossa compreensão dos fundamentos do discurso (como explicado na Seção 2); entretanto, acredito que, tomadas separadamente, nenhuma delas apresenta uma solução apropriada para a análise global dos vários níveis do sentido, incluindo o sentido ideológico. O discurso é também estudado da perspectiva de outras disciplinas sociais cujas ferramentas analíticas podem ser de uso especial, apesar do fato de que, quando usadas isoladamente, também falham em apresentar soluções analíticas completas. Há necessidade de uma perspectiva interdisciplinar, em harmonia com as abordagens teóricas que defendem o estudo do fenômeno de sua inter-relação e complexidade máxima. (MORIN, 1990; NICOLESCU, 1997; CAPRA, 1996).

Este artigo explorou a inter-relação entre a análise pragmático-interacional e a tradição retórico-argumentativa (em especial as abordagens de Perelman e Olbrechts-Tyteca),

beneficiando-se de sua natureza complementar para dar uma descrição mais precisa de ambos os níveis macro e micro. Além disso, ambas as tradições compartilham o que considero dois aspectos significativos: sua visão funcionalista do discurso e a posição de que a realidade não existe e não pode ser construída fora de práticas discursivas.

Minha posição também envolve uma perspectiva sociocognitiva; nesse sentido, a noção de *frame* provou-se útil em um nível interpretativo para explicar o sentido ideológico implícito que é ativado por ambas as partes e que é a causa do conflito no debate.

Meu comentário final focaliza as possibilidades de desenvolver essa perspectiva sociocognitiva e seu potencial para a análise de discursos ideológicos. Entre outras possibilidades, eu consideraria primeiro a inclusão da abordagem do *frame* cognitivo em um nível de microanálise, em vez da interpretação global do sentido. Explorar outras propostas cognitivas nesse nível de microanálise poderia também ser outro objetivo.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **Linguistique textuelle**. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.
- ARISTOTLE. **Retórica**. Madrid: Aguilar, 1977.
- BACHTIN, Michael. **Teoría y estética de la novela**. Madrid: Taurus, 1989 [1975].
- BARGIELA-CHIAPPINI, Francesca (Ed.). **The handbook of business discourse**. Edingburg: Edingburg University Press, 2009.
- BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. Nueva York: Ballantine Books, 1972.
- BATESON, Gregory. **Una unidad sagrada. Pasos ulteriores hacia una ecología de la mente**. Barcelona: Gedisa, 1991.

¹⁴ Na construção de *frames profundos*, como diria Lakoff (2007).

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986 [1968].

BLOMMAERT, Jan. **Discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BOLÍVAR, Adriana. ‘Democracia’ y ‘revolución’ en Venezuela: un análisis crítico del discurso político desde la lingüística basada en corpus, *Oralia* 12, 2009, p.27-54.

BOURDIEU, Pierre. **In other words. Essays towards a reflexive sociology**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

CAPRA, Fritjof. **La trama de la vida. Una nueva perspectiva de los sistemas vivos**. Barcelona: Anagrama, 2008 [1996]. [Original title: **The web of life**].

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **L’institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d’analyse du discours**. Paris: Seuil, 2005.

CHILTON, Paul. Missing links in mainstream CDA. Modules, blends and critical instinct. In: WODAK, Ruth; CHILTON, Paul (Eds.). **A new agenda in (critical) discourse analysis**. Amsterdam: John Benjamins, 2005, p. 19-52.

DAMASIO, Antonio R. **El error de Descartes. La emoción, la razón y el cerebro humano**. Barcelona: Crítica, 1994 [Original title: **Descartes’s error**].

_____. **Y el cerebro creó al hombre. ¿Cómo pudo el cerebro generar emociones,**

sentimientos y el yo? Barcelona: Destino, 2010 [Original title: **Self comes to mind**].

DURANTI, Alexandro. **Antropología lingüística**. Madrid: Cambridge University Press, 2000 [1997].

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres, Longman, 1989.

_____. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: WODAK, Ruth; CHILTON, Paul (Eds.) **A new agenda in (critical) discourse analysis**. Amsterdam: John Benjamins, 2005, p. 53-70.

_____. Critical discourse analysis and change in management discourse and ideology: a transdisciplinary approach to strategic critique. In: RAMALLO, Fernando; LORENZO, Anxo M.; RODRÍGUEZ-YÁÑEZ, Xoán P.; CAP, Pier (Eds.). **New approaches to discourse and business communication**. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 12-30.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: An essay on the organization of experience**. New York: Harper & Row, 1974.

GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. Contextualization and ideology in intercultural communication. In: LUZIO, Aldo di; GÜNTNER, Susanne; ORLETTI, Franca (Eds.). **Culture in communication. Analysis of intercultural situations**. Amsterdam: John Benjamins, 2001, p. 35-53.

HYMES, Dell. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (Eds.). **Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of communication**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 35-71.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2004 [1990] (second edition).

LAKOFF, George. **No pienses en un elefante: lenguaje y debate político.** Madrid: Editorial Complutense, 2007 [2004].

MATURANA, Humberto. **La realidad: ¿objetiva o construida?** Barcelona/ México DF.: Anthropos, Universidad Iberoamericana, 1996 (2 vols.).

_____; VARELA, Fernando. **El árbol del conocimiento. Las bases biológicas del conocimiento humano.** Barcelona: Debate, 1999 [1990].

MONTOLÍO, Estrella. Advising without committing: the use of argumentative reservation in texts written by consultants. In: GARZONE, Giuliana; SARANGI, Srikant (Eds.). **Discourse, ideology and specialized communication**, Berna, Peter Lang, 2007, p. 251-275.

_____; RAMALLO, Fernando. Spain. In: BARGIELA-CHIAPPINI (2009, p.412-422).

MORALES-LÓPEZ, Esperanza. Las aproximaciones americanas al análisis del discurso oral: perspectivas de futuro. In: PUJANTE, David (ed.). **Caminos de la Semiótica en la última década del siglo XX.** Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004, p. 109-123.

_____. Hacia dónde va el análisis del discurso. **Tonos Digital**, 21, 2011 (<http://www.um.es/tonosdigital/znum21/secciones/estudios-21-discurso.htm>).

_____. Discourses of social change in contemporary democracies: The ideological construction of an Ecuadorian women's group based on *solidarity economy and finance*. **Text and Talk. An interdisciplinary Journal of Language, Discourse and Communication Studies** (2012, in press).

_____; PREGO-VÁZQUEZ, Gabriela; DOMÍNGUEZ-SECO, Luzia. Interviews between employees and customers during the process of restructuring a company. **Discourse and Society** 16, 2, 2005, p.225-268.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo.** Barcelona: Gedisa, 1990.

NICOLESCU, Basarab. La transdisciplinariedad, una nueva visión del mundo. Downloaded from <http://nicol.club.fr/ciret> (March 2010 [2007]).

PÊCHEUX, Michel. **Language, semantics and ideology. Stating the obvious.** London: MacMillan Press, 1982 [1975].

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de la argumentación: la nueva retórica.** Madrid: Gredos, 1989 [1958].

PERELMAN, Chaïm. **L'empire rhétorique. Rhétorique et argumentation.** Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997.

PREGO-VÁZQUEZ, Gabriela. Frame conflict and social inequality in the workplace: Professional and local discourse struggles in employee/customer interactions. **Discourse & Society** 18, 3, 2007, p.295-335.

PUJANTE, David. **Manual de Retórica.** Madrid: Castalia, 2003.

_____. Teoría del discurso retórico aplicada a los nuevos lenguajes. El complejo predominio de la *elocutio*. *Rétor* 1, 2, 2011, p.186-214.

RAITER, Alejandro. **Lingüística y política**. Buenos Aires: Biblos, 1999.

RAMALLO, Fernando; LORENZO, Anxo M.; RODRÍGUEZ-YÁNEZ, Xoán Paulo (Eds.). **Discourse and enterprise: Communication, business, management and other professional fields**. Munich: Lincom, 2006.

SCOLLON, Ron; WONG SCOLLON, Susanne. **Intercultural communication**. Malden, Mass: Blackwell, 2001.

SEARLE, John. Una taxonomía de los actos ilocucionarios. In: VALDÉS VILLANUEVA, Luis Ml. (Ed.). **La búsqueda del significado**. Madrid: Tecnos, 1991 [1975], p. 448-475.

SOUSA DE SANTOS, Buenaventura. **El milenio huérfano**. Ensayos para una nueva cultura política. Madrid: Trotta, 2005.

van DIJK, Teun A. **Ideología y discurso**. Barcelona: Ariel, 2003.

_____. **Society and discourse. How social contexts influence text and talk**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

van EEMEREN, Frans H.; GROOTENDORST, Rob; HENKEMANS, Francesca S. **Fundamentals of argumentation theory**. A handbook of historical backgrounds and contemporary developments. Mahwah: Erlbaum, 1996.

_____; _____. **Speech acts in argumentative discussions**. A theoretical model for the analysis of discussions directed towards solving conflicts of opinion. Dordrecht: Foris, 1983.

_____. **Argumentation, communication and fallacies**. London: Erlbaum, 1992.

_____. **A systematic theory of argumentation**. The pragma-dialectical approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Elionor. **De cuerpo presente. Las ciencias cognitivas y la experiencia humana**. Barcelona: Gedisa, 1997. [Original title: **The embodied mind: Cognitive science and human experience**. Cambridge MA: MIT Press, 1991].

WODAK, Ruth. El enfoque histórico del discurso. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (eds.) (2001, p.101-142).

_____; DE CILLIA, Rudolf; REISIGL, Martin; LIEBHART, Karin. **The discursive construction of national identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

_____; MEYER, Michael (Eds.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

Apêndice¹⁵

Testemunho dos indígenas:

1. La línea sísmica pasó por la casa de mi mamá y la empresa solamente le ha pagado 50 soles [12,5 euros]. La dinamita reventó cerca de las viviendas y se movió la casa.
2. ... sabemos que en el bosque han cortado plantas medicinales, no lo han reconocido porque dicen que es cualquier planta, y, cuando se han ido, no han revegetado.
3. Por acá transitaban nuestros abuelos; siempre nunca había el exterior como ahora lo vemos. Por acá transitábamos ganado, montar a caballo, todo. Estamos totalmente molestos de que lo han dejado el camino así como lo vemos; pero debe arreglar.
4. Han iniciado trabajos en la comunidad Tsoroja, vecina a Poyeni, lote 57, sin contar con la aprobación del estudio de ampliación de impacto ambiental. Por eso hago denuncia pública porque no vamos a permitir más atropellos.
5. ... creo que la empresa *tiene que* dialogar y conversar con los jefes, con las autoridades comunales.
6. La empresa ha venido acá el año pasado. El EIA de la ampliación de la sísmica todavía no ha sido aprobado y sin eso no puede entrar la empresa.
7. ... creo que la empresa tiene que dialogar y conversar con los jefes, con las autoridades comunales. Vienen los profesionales, se quedan 15 minutos, y se van. Así no se puede conversar. Y a veces conversan con los comuneros y no con las autoridades comunales.
8. Los relacionistas de Repsol en campo sólo han informado o invitado a las audiencias públicas a algunas comunidades de la zona y no han invitado sino hasta último momento a la federación que los agrupa, el Consejo Machiguenga del Río Urubamba.
9. La empresa en ningún momento ha comentado el dueño, la casa. ¿Qué ha hecho? Ha ido (a) consultar otros (garais) que nada tienen que ver con capitanes, con las organizaciones; que ha ido (a) consultar a las personas que trabajan con ellos.¹⁶
10. Aquí hemos tenido varias reuniones informativas por el pozo y por la sísmica y también de la negociación por la tierra y mis hermanos se confunden, Repsol está haciendo las cosas rápido...
11. Lo que nosotros podemos este pedir, pedir este que el:: Presidente de esa empresa o accionistas, que respeten la cultura indígena. Bienvenida la inversión privada, pero con respeto; y también cumplir los compromisos. No venir así nomás y (diga) tal tiempo, tal fecha; para mayor seguridad lo que nosotros pedimos de que- que se cambien las relaciones de comunitarias que han estado trabajando en la etapa de exploración; para mejorar su ingreso a la empresa a esas comunidades deben de ser cambiar la relación comunitaria y trabajar conscientemente, nada de regateo y negociar ambas partes, con armonía.

Sr. Brufau:

12. “Esta [la responsabilidad corporativa] es una exigencia a la que en Repsol YPF podemos, sabemos y queremos dar respuesta... Respondemos también a las expectativas de los grupos de interés con políticas específicas..., establecemos relaciones de confianza con las comunidades locales, preservamos la biodiversidad y

¹⁵ Nota dos editores: Este apêndice mantém a língua original do *corpus* analisado no artigo. O seu conteúdo encontra-se disponível em: <http://ruc.udc.es/dspace>.

¹⁶ Assinalamos entre parênteses os fins irreconhecíveis ou duvidosos em razão da qualidade do áudio.

aplicamos criterios de transparencia en las relaciones con las autoridades de los países donde estamos presentes... [O]peramos en entornos sociales, culturales y económicos muy diversos. En este sentido, aplicamos estándares, políticas y prácticas globales, pero sin dejar de lado la sensibilidad local...

Los esfuerzos de Repsol YPF en materia de transparencia, sostenibilidad y responsabilidad corporativa son valorados cada vez más positivamente por la sociedad. Nuestra compañía forma parte, entre otros, del *Dow Jones Sustainability Index* y del *Climate Leadership Index*, lo que supone un reconocimiento externo, validado por los mercados, del esfuerzo de la compañía en cuestiones como la transparencia informativa y el cambio climático... Durante 2007, hemos avanzado de forma significativa en materia de buen gobierno y responsabilidad corporativa. El Consejo de Administración de Repsol IPF acordó la modificación de su reglamento, refrendando el compromiso de la compañía con la responsabilidad corporativa... Igualmente, el Consejo de Administración aprobó la constitución de la Comisión de Ética, encargada de velar por la difusión y cumplimiento de la Norma de Ética y Conducta en la compañía... También hemos solicitado de nuevo al Comité Independiente de expertos que analice los contenidos de nuestro Informe de Responsabilidad Corporativa”.

As intervenções dos ativistas na reunião de 2008

Intermón Oxfam

A intervenção de Dolores López:

13. [...] Repsol-YPF es la principal empresa hidro-carburífera privada en América Latina,

14. donde está presente desde principios de los años noventa,
15. con actividad en catorce países
16. de una región donde viven aproximadamente
17. 34 millones de pueblos indígenas.
18. Los pueblos indígenas profesan una profunda relación con su tierra;
19. es precisamente la privación de sus tierras
20. y el deterioro de su medio natural
21. lo que les hace ser especialmente vulnerables;
22. una circunstancia que se agudiza con la presencia de actividades extractivas. [...]
28. Nuestros informes y los de otras organizaciones cuestionan la manera
29. en que su compañía
30. está llevando a cabo su actividad en los territorios indígenas.
31. Repsol YPF NO RESPETA
32. los derechos básicos internacionalmente reconocidos a las poblaciones indígenas en la declaración de las Naciones Unidas de septiembre de 2007
34. ni en el convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo; convenio que quiero subrayar aquí,
36. ha sido ratificado por todos los países en los que opera Repsol YPF en América latina; y también en España. [...]
38. Intermón-Oxfam también solicita a Repsol YPF que establezca un procedimiento
39. público,
40. transparente
41. y verificable,
42. elaborado con el concurso,
43. especialmente,
44. de los pueblos indígenas,
45. que permita asegurar el cumplimiento de los principios
46. y derechos
47. reconocidos

48. en esa política.
49. Garantizar el ejercicio de estos derechos permitirá,
50. además, a Repsol YPF,
51. contar con la hoy indispensable
52. licencia social para operar,
53. que va
54. mucho más allá
55. de la suscripción de un contrato.
56. Sabemos, como hoy ha puntualizado el Sr. Brufau anteriormente,
57. que Repsol YPF desarrolla en áreas de influencia de sus actividades extractivas proyectos de desarrollo.
58. Esas iniciativas no son la solución
59. ni la esencia de una política socialmente responsable.
60. Garantizar efectiva y claramente
61. los derechos reconocidos a estas poblaciones,
62. especialmente vulnerables,
63. debe ser el primer paso en esa dirección,
64. más allá de cualquier tipo de acción social de carácter voluntario,
65. y, por lo tanto, no exigible,
66. que la compañía lleve adelante.
67. Valoramos por ello, positivamente,
68. la iniciativa adoptada por Repsol YPF de elaborar
69. una política
70. de relación con los pueblos y comunidades indígenas
71. que, como indica su memoria del año 2007,
72. debería ser aplicada
73. por su compañía
74. en la segunda mitad de este año.
75. Nos parece también muy positivo
76. que Repsol YPF haya abierto
77. recientemente un proceso de consulta
78. de su borrador de política,
79. para recabar la opinión de expertos
80. y organizaciones relevantes
81. por su experiencia en programas de desarrollo y trabajo con comunidades indígenas,
82. entre las que se encuentra Intermón-Oxfam.
83. Les pedimos ahora
84. que aprovechen la oportunidad que ustedes mismos se han dado
85. haciendo que la política
86. que su compañía finalmente apruebe
87. responda a una declaración formal y pública
88. de respeto de los principios y derechos
89. que son reconocidos a estos pueblos.
90. Las 11.000 firmas
91. de ciudadanos,
92. que les entregaremos a continuación,
93. deben de ser un estímulo en esta tarea.
94. Estamos seguros
95. de que no desperdiciarán una ocasión como esta para mejorar
96. el borrador de política que nos presentaron,
97. demasiado vago e impreciso,
98. que adolece,
99. sobre todo,
100. de la falta de un reconocimiento
101. y compromiso expreso de la compañía con los derechos indígenas.
102. Este es el eje sobre el que entendemos debería articularse la política que están elaborando.
103. Estamos convencidos de que la inmensa mayoría de ustedes
104. miembros del consejo de administración y accionistas en general apoyarán la demanda de Intermón Oxfam
105. y de los accionistas que nos han cedido su voz aquí hoy,
106. no solo por los motivos que hemos citado,
107. sino también
108. por razones ética y de respecto de los derechos humanos.
109. Nuestra organización
110. seguirá buscando,
111. como hasta ahora,
112. como hasta hoy mismo,

115. fórmulas de diálogo con su compañía con ese objetivo.
116. Consideramos que de esa manera
117. tanto Repsol como los pueblos indígenas
118. se beneficiarán de mejores resultados
119. que los que puedan obtenerse mediante la confrontación.
120. Esta es nuestra apuesta,
121. confiamos en que sea posible.
122. Muchas gracias.
- A resposta do Sr. Brufau, presidente da Companhia (2008):
1. La Sra. Dolores López Gómez y también la Sra. Isabel Tamarit,
2. seguramente, se han referido a lo mismo.
3. Yo les agradezco sus palabras
4. por varias razones;
5. primeramente, por el tono;
6. porque me han parecido enormemente respetuosas con la compañía;
7. y evidentemente enormemente críticas con la compañía.
8. Pero la primera parte para mí es tan importante como la segunda.
9. En la parte crítica, yo les quiero decir que evidentemente eh
10. esto es infinito;
11. es decir, la actitud de de- trabajar con-
12. de manera sostenible en entornos complejos
13. pues nunca- nunca es perfecta.
14. Sí discrepo de ustedes en que Repsol tiene la intención,
15. lo haremos mejor o peor,
16. tiene la absoluta intención y voluntad
17. de hacer el trabajo bien
18. con el respeto a todas las comunidades indígenas,
19. con el respeto a toda la normativa internacional que hay
20. y, como muy bien han dicho,
21. también estamos en el proceso de hacer una- una política pública;
22. como ustedes han mencionado,
23. ustedes han sido llamados a consulta,
24. precisamente para esto,
25. para establecer el decálogo de actuaciones o las normas de actuación en las relaciones con las comunidades indígenas.
26. La Sra. Tamarit se ha referido en concreto al bloque 39 en Perú,
27. que evidentemente está en la estrategia.
28. Nosotros lo primero que hicimos cuando empezamos en el bloque 39
29. fue contratar los servicios del Instituto Smithsonian,
30. que es un instituto que
31. básicamente
32. lo que procura es el análisis, el estudio y la estrategia
33. sobre el mantenimiento y el equilibrio de la biodiversidad,
34. entendiendo por biodiversidad la totalidad
35. de las situaciones que puedan producirse.
36. Obviamente, en nuestra casa,
37. y ustedes también lo han dicho,
38. hoy disponemos de una guía de relaciones con la comunidad,
39. de una guía para la realización de estudios de impacto medioambiental y social,
40. de un procedimiento de relación con las comunidades indígenas,
41. de un procedimiento
42. de contingencia sobre comunidades indígenas no detectadas, etc.
43. Por tanto, yo estoy totalmente de acuerdo con ustedes
44. y estamos a su disposición,
45. como saben ustedes,
46. para avanzar en este proceso de respeto a los derechos humanos,
47. de respeto a estas comunidades que básicamente

49. no quieren estar en otro mundo que el
50. suyo
51. y no interferir en ello.
52. Evidentemente también pedimos la
53. ayuda de los gobiernos en estos países
54. porque realmente hay de todo en la
55. vida, ¿no?
56. hay comunidades que,
57. como nos ha pasado,
58. que vienen con estos derechos pero con
59. las camisetas del Madrid y del Barça.
60. Entonces, esto tampoco tiene mucho
61. sentido, ¿no?
62. Evidentemente, luego hay miles de
63. comunidades enormemente sensatas
64. y:: que básicamente responden a lo que
65. ustedes dos han mencionado, ¿no?
66. Por tanto, eh:: nuestra actitud es de
67. máxima colaboración,
68. abiertos a todo
69. y hemos preparado un informe que
70. básicamente está en nuestro informe de
71. responsabilidad corporativa,
72. que está auditado por expertos;
73. por ejemplo, he tomado yo nota de
74. Adena,
75. de la Fundación de Economistas sin
76. Fronteras,
77. de la Fundación de Ecología y
78. Desarrollo,
79. del Banco Mundial
80. y de la Organización de Transparencia
81. Internacional.
82. Se puede- y esto no lo hacemos para
83. cubrir el expediente, créanme,
84. lo hacemos para intentar tener un
85. entorno,
86. en nuestro negocio, más sostenible.
87. No lo conseguimos por lo que ustedes
88. han podido comentar,
89. pero evidentemente en ello estamos.
90. Y no lo conseguiremos nunca,
91. la perfección no se consigue, ¿no?
92. pero en nuestro ánimo es, precisamente,
93. llegar a tener cotas
94. de exigencia en este tema
78. del más alto nivel.
- Segundo debate na reunião de 2009 (14 de maio de 2009)
Sr. Gonzalo
- (a) “En el año 2008 hemos seguido avanzando en el cumplimiento de nuevos y más ambiciosos compromisos medioambientales y sociales, entre los que me gustaría destacar los siguientes: en primer lugar, hemos mejorado en la seguridad de nuestros trabajadores [...]. Hemos logrado reducir también las emisiones de gases de efecto invernadero [...].
- (b) Hemos aprobado políticas corporativas que van a orientar y dirigir nuestras relaciones con las comunidades locales con énfasis en proteger los derechos de comunidades especialmente vulnerables como son las comunidades indígenas en Latinoamérica.
- (c) También en 2008 hemos destinado 30 millones de euros a proyectos sociales, casi el 70% de ellos en Latinoamérica. Han sido proyectos de educación y formación, desarrollo comunitario, protección y cuidado medioambiental, integración social, salud y mecenazgo cultural, de los que se han beneficiado miles de personas, muchas de ellas en condiciones de vida muy difíciles [...]. Somos y seguiremos siendo aún con mayor compromiso en 2009 una compañía que apuesta por la responsabilidad social y el desarrollo sostenible”.
- O segundo debate (2009) - As intervenções das ativistas
Intermón oxfam
A intervenção de Dolores López:
26. [...] Sin embargo, todo este esfuerzo puede quedar en papel mojado.

27. Por una parte, la última propuesta que conocemos de la Política aprobada por Repsol
28. no prevé
29. qué opción adoptará la compañía si se realiza la consulta a las comunidades indígenas,
30. de acuerdo con el espíritu y letra del Convenio 169,
31. pero éstas no le otorgan su acuerdo para operar.
32. Por otro lado, la empresa no se ha comprometido públicamente
33. a aplicar esta política en todas las explotaciones actualmente en funcionamiento
34. en los países de América Latina que cuentan con realidad indígena.
35. Esperamos sinceramente que la Política finalmente
36. haya solventado estos aspectos,
37. dejando patente así
38. el compromiso de Repsol YPF con los derechos indígenas.
39. De otra manera su esfuerzo habrá sido en vano.
40. Pero los retos de Repsol, como empresa global,
41. se extienden más allá de la relación con las comunidades indígenas.
42. Repsol explota gas y petróleo en países que a pesar de ser ricos en estas materias primas
43. son cada día más pobres.
44. 3.500 millones de personas,
45. es decir, aproximadamente
46. dos tercios de los pobres del mundo,
47. viven en países ricos en recursos naturales.
48. La falta de transparencia que reina en el sector extractivo
49. favorece sin duda
50. el expolio y la corrupción que impide el derecho a una vida digna
51. a tantos millones de personas.
52. Con el objetivo de poner luz en este sector,
53. surgen distintas iniciativas internacionales
54. como la Iniciativa en favor de la Transparencia de las Industrias Extractivas, ITIE,
55. a la que Repsol se ha adherido en el año 2003,
56. siendo hasta la fecha la única compañía extractiva española firmante de la misma.
57. Otras empresas como Cepsa o Gas Natural no lo han hecho.
58. Su compañía ha demostrado además recientemente
59. su apertura al diálogo en este tema,
60. al ser, de nuevo,
61. la única empresa española que participó en la Mesa en favor de la Transparencia de las Industrias Extractivas
62. que co-organizamos en el Congreso de los Diputados hace unos días.
63. Pero la adhesión de Repsol a la ITIE,
64. de la que también forma parte Intermón Oxfam
65. y el Estado español,
66. con ser un hecho significativo,
67. no es suficiente.
68. Y así posiblemente lo consideren ustedes mismos
69. al señalar en su Plan estratégico 2008/12
70. que una de sus prioridades de trabajo es precisamente
71. ser “líderes en transparencia y en responsabilidad social”.
72. Es necesario que Repsol informe a sus accionistas, a sus socios,
73. a la ciudadanía en general
74. lo que pagan e ingresan en cada país,
75. igual que hacen en España o Argentina.
76. Es también necesario acabar con la práctica de las cláusulas de confidencialidad
- 77.

78. en los contratos que firman las empresas y los estados.
79. Una empresa líder como es Repsol
80. debe adoptar estas medidas de forma voluntaria,
81. aunque tanto en los Estados Unidos como en Europa
82. la legislación en favor de la transparencia en los pagos ya está avanzando.
83. En Estados Unidos se está preparando una ley que tras aprobarse
84. obligará a las empresas extractivas,
85. de cualquier nacionalidad,
86. que coticen en la bolsa de Nueva York,
87. a hacer públicos el reporte,
88. país por país,
89. de los pagos efectuados en todos los países en los que operan.
90. Y algunas compañías ya se están anticipando a ello.
91. Pedimos a Repsol que siga el ejemplo de empresas que están realizando una política muy activa en este terreno.
92. Una de ellas es la canadiense Talisman
93. que de forma voluntaria,
94. sin imposición legal alguna,
95. desglosa y hace públicos los pagos que realiza
96. en todos los países en los que trabaja
97. (y entre ellos, Sudán, China o Malasia).
98. Otro caso es Río Tinto,
99. que recientemente
100. ha optado por desglosar
101. voluntariamente
102. los impuestos y tasas que paga en los 13-
103. en 13 de los países en los que tiene operaciones.
104. Otras compañías con buenas prácticas en favor de la transparencia son TOTAL,
105. StatoilHydro (Noruega)
106. o la americana Newmont.
107. No sólo son las organizaciones de la sociedad civil las que piden públicamente a Repsol
108. que profundice en su compromiso real con la transparencia.
109. Inversores y fondos éticos de Estados Unidos,
110. Noruega,
111. España,
112. así como numerosos accionistas minoritarios
113. se han puesto en contacto con nuestra organización durante los últimos días,
114. para cedernos sus acciones
115. y su derecho de asistencia,
116. y para que les hagamos llegar esta petición.
117. La pelota está ahora en el tejado de Repsol.
118. Sólo si es capaz de asumir el reto de la transparencia
119. podrá mantener su posición de liderazgo
120. y aprovechar las oportunidades de futuro
121. y un mundo- en un mundo cada vez más global.
122. Repsol y sus accionistas tienen hoy una oportunidad única
123. de comprometerse con el desarrollo de millones de personas
124. que viven en la pobreza rodeados de recursos naturales sumamente valiosos.
125. Muchas gracias.
- A resposta do Sr. Brufau às intervenções dos acionistas (2009) – fragmentos selecionados:
1. Bien.
 2. No hay más...
 3. me parece que no hay más señores que hayan pedido...
 4. accionistas que hayan pedido su participación.
 5. Por lo tanto voy a intentar responder.
 6. Creo que ha habido varias preguntas, eh::

- | | | | |
|-----|--|-----|--|
| 7. | del mismo tenor, ¿no? | 46. | Estamos colaborando con el Gobierno de Perú |
| 8. | Me parece que la señora María Dolores López Gómez, | 47. | para ver qué tipo de información se puede suministrar. |
| 9. | María Isabel Tamarit Berlín | 48. | Y lo que les puedo garantizar es que |
| 10. | y Julia Núñez Boluda, | 49. | sí, nosotros vamos a continuar trabajando, |
| 11. | creo que se han referido, | 50. | vamos a ver cómo se puede informar de:: los pagos que estamos haciendo |
| 12. | en concreto, | 51. | de los impuestos, |
| 13. | a todo lo relativo a nuestra relación con la transparencia, | 52. | obviamente, |
| 14. | con la información, | 53. | como ustedes pueden imaginar, |
| 15. | con la relación con las comunidades eh:: | 54. | nosotros lo tenemos todo, |
| 16. | indígenas eh:: | 55. | absolutamente todo, |
| 17. | eh:: yo te- eh:: | 56. | eh:: transparente. |
| 18. | tengo que decir que estoy totalmente de acuerdo con ustedes, | 57. | Nosotros pagamos lo impuestos que tenemos que pagar. |
| 19. | que todo lo que hagamos y más | 58. | Nos gustaría más <i>accountability</i> por parte de los gobiernos, |
| 20. | va a ser poco. | 59. | sin lugar a dudas. |
| 21. | Evidentemente, esta casa intenta hacer las cosas muy bien. | 60. | Y nos gustaría ver que también- que los gob- que los países |
| 22. | Como ustedes han reconocido y han dicho, | 61. | o las zonas en donde operamos nosotros |
| 23. | pues en el año 2003 cuando se formó el ITIE | 62. | pues progresan junto al progreso de Repsol, |
| 24. | eh, eh:: nosotros nos incorporamos [...] | 63. | si no es difícil de entender. |
| 31. | Evidentemente, no hay mejor futuro en el mundo | 64. | Para nosotros sería la mejor defensa que podemos tener, |
| 32. | y no hay mejor futuro para Repsol | 65. | precisamente, el progreso de la gente que habita y que convive con nosotros |
| 33. | que operar en países en donde haya cohesión social, | 66. | en las explotaciones |
| 34. | en donde haya sostenibilidad, | 67. | en donde nosotros estamos, ¿no? |
| 35. | en donde haya transparencia, | 68. | Por tanto, coincido con todos ustedes, |
| 36. | en donde se sepa el destino de los impuestos; | 69. | vamos a continuar trabajando, |
| 37. | y por esto nosotros | 70. | vamos a intentar mejorar eh:: |
| 38. | estamos apoyando todas las iniciativas. | 71. | en todo lo que podamos. [...] |
| 39. | En Latinoamérica, | 80. | Sí, sí, creo que ustedes saben |
| 40. | lamentablemente, el único- | 81. | que básicamente nosotros estamos en tres zonas que tienen una influencia especial con el mundo indígena, |
| 41. | el único país que (quizás) en esto | 82. | que básicamente es Ecuador, |
| 42. | tienen que ser los países, | 83. | es Perú |
| 43. | los que se adhieren a la iniciativa, | 84. | y es Bolivia. |
| 44. | que tal como ha men- se ha mencionado, | 85. | Aquí se ha hablado también, |
| 45. | fue Perú. | | |

86. por parte de la doctora- la doctora Echenique de::
87. lo que es- las actuaciones que están realizando ella misma
88. y también Repsol en Margarita, en Puerto Margarita [...]
-
144. Eh:: por tanto, todo-
145. todo y más es necesario;
146. todo y más es necesario.
147. Y yo me pongo a su disposición
148. y estoy a:: vamos, enteramente, a lo que ustedes digan,
149. pues, para intercambiar todos aquellos puntos de vista
150. que supongan, pues,
151. mejorar la transparencia de nuestra información en todo esto
152. que sea, eh:: que sea relevante
153. y obviamente, también, eh::
154. estudiar todos los proyectos que supongan la::
155. pues un mejor entorno de vida
156. de las comunidades indígenas en donde estamos nosotros.

Tradução:

Elaine Cristina Medeiros Frossard

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz.

E-mail: ecmfrossard@gmail.com.

Revisão da tradução:

Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Docente da Universidade de São Paulo.

E-mail: paulosegundo@uol.com.br.